

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

XLVI CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SOCIOLOGIA DO DIREITO

1. A Sociologia como instrumento de compreensão da sociedade.
2. A importância do Judiciário no Estado Democrático de Direito.
3. Direito, Comunicação Social e opinião pública.
4. Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não judiciais de composição de litígios.
5. Relações jurídicas virtuais.
6. Direitos étnicos, raciais e proteção às minorias e aos vulneráveis.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

1. Conceito de Psiquiatria, Psicologia e Psicanálise.
2. Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do Magistrado com a sociedade e mídia.
3. Problemas atuais de Psicologia com reflexos no Direito: assédio moral e assédio sexual.
4. O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas.
5. Infância e juventude. Criminalização da pobreza. Justiça terapêutica. Doutrina da proteção integral à luz da Psicologia. Justiça restaurativa. A equipe interprofissional e a rede de atendimento à criança e ao adolescente.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

1. Regime Jurídico da Magistratura Nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções.
2. Direitos e deveres funcionais da Magistratura.

3. Código de Ética da Magistratura Nacional.
4. Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça.
5. Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos Magistrados.
6. Administração Judicial. Planejamento estratégico. Modernização da gestão.

FILOSOFIA DO DIREITO

1. Equidade. Direito e Moral.
2. Hermenêutica, interpretação jurídica e racionalidade prática.
3. Teorias da Justiça e da Argumentação. O método de interpretação pela lógica do razoável.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

1. Direito objetivo e Direito subjetivo.
2. Fontes do Direito objetivo. Princípios gerais do Direito. Jurisprudência. Súmula Vinculante.
3. Eficácia da Lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito Brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho.